



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680337 - PR (2021/0220078-6)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : CARLO DANIEL BASTO  
**ADVOGADO** : CARLO DANIEL BASTO - PR091405  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : FERNANDO DE SOUZA DA SILVA (PRESO)

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO DE SOUZA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (N. 5005703-37.2021.4.04.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de tráfico internacional de drogas. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem foi julgado prejudicado sob argumento de novo título para a prisão cautelar do paciente. O primeiro agravo regimental interposto contra essa decisão foi indeferido liminarmente. Ao segundo agravo regimental o órgão colegiado negou provimento. Inconformado com tal acórdão, o impetrante protocolou o presente *writ*.

O impetrante sustenta, em suma, que a decretação da prisão preventiva do paciente ocorreu de ofício, sem que houvesse representação da autoridade policial e sem requerimento do Ministério Público. Aduz, portanto, a nulidade da referida decisão.

Requer, em pedido liminar, a revogação da prisão preventiva com a imediata expedição de contramandado de prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva com ou sem a imposição de medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente